



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (CIDADANIA-RS)**

## **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

### **PROJETO DE LEI Nº 1.704, DE 2024**

Institui o Programa de Redução da Litigiosidade do Setor de Beleza e Bem-Estar, e dá outras providências.

**Autora:** Deputado AUREO RIBEIRO

**Relatora:** Deputada ANY ORTIZ

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei nº 1.704, de 2024, de autoria do Deputado Aureo Ribeiro, que “institui o Programa de Redução da Litigiosidade do Setor de Beleza e Bem-Estar, e dá outras providências”. Considerando a relevância socioeconômica do setor, os dados de crescimento registrados nos últimos anos e os litígios tributários que comprometem sua estabilidade.

O objetivo do presente projeto, é reduzir a litigiosidade e promover segurança jurídica para empresas do setor de beleza e bem-estar, que foram impactadas pela equiparação tributária imposta pelo Decreto nº 8.393/2015, que tratou como indústrias empresas que atuavam como atacadistas ou distribuidoras.

A matéria foi distribuída, pela Mesa para análise do mérito, às Comissões de Desenvolvimento Econômico e Indústria, Comércio e Serviços; Comissão de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania;





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (CIDADANIA-RS)**

sua tramitação se dará em regime ordinário, nos termos do art. 151, III, RICD e a apreciação das Comissões será conclusiva, art. 24, II, RICD.

Em 30/04/2025 fui designada Relatora.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

O setor de beleza e bem-estar é um dos que mais crescem no país, com forte presença de microempreendedores e profissionais autônomos. No entanto, a informalidade e a ausência de mecanismos eficazes de resolução de conflitos têm contribuído para o aumento da litigiosidade, com impactos negativos tanto para os consumidores quanto para os prestadores de serviço.

A proposta em análise é meritória, pois oferece uma resposta moderna e equilibrada a esse cenário, ao propor um programa que alia prevenção de litígios, estímulo à qualificação profissional e valorização das boas práticas no atendimento ao público.

Vislumbramos ampliar o programa, incluindo empresas distribuidoras, industriais e atacadistas. Propõe-se também, a ampliação do escopo objetivo do Probeleza, de modo a permitir a inclusão de quaisquer débitos federais, e não apenas os relacionados ao IPI. Tal medida visa estimular a regularização fiscal mais ampla, contribuindo para a redução da litigiosidade e incentivando a conformidade tributária de forma efetiva.

A inclusão de dívidas inscritas ou não, ajuizadas ou não, já parceladas, segue o modelo de programas anteriores como o REFIS e o PERT, ampliando o alcance e a efetividade da norma.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (CIDADANIA-RS)**

A motivação central reside na necessidade de responder legislativamente aos efeitos fiscais e jurídicos decorrentes do Decreto nº 8.393, de 28 de janeiro de 2015, que equiparou atacadistas a estabelecimentos industriais, sobretudo no segmento de produtos de beleza e bem-estar. Tal equiparação gerou elevado passivo tributário, frequentemente com interpretações divergentes quanto à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), à definição de “praça” e à aplicação de alíquotas diferenciadas, o que fomentou litigância excessiva, insegurança regulatória e entraves à regularização voluntária dos contribuintes afetados.

Trata-se de uma proposta legislativa equilibrada, que respeita a legalidade, combate a litigiosidade excessiva e fomenta a regularização de contribuintes afetados por interpretações fiscais de alta complexidade. Com isso, promove-se um ambiente de negócios mais previsível, eficiente e seguro, em consonância com os objetivos da reforma tributária em curso. Portanto, entendemos que a proposta será fundamental para instruir e sanar eventuais imbróglis que possam surgir diante os setores.

Pelo o exposto, consideramos meritória, e votamos pela **APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.704, de 2024, com emenda em anexo.**

Sala da Comissão, em                      de novembro de 2025.

**Any Ortiz**  
**Deputada Federal**  
**Cidadania/RS**





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (CIDADANIA-RS)**

Apresentação: 27/11/2025 16:20:15.163 - CDE  
PRL 1 CDE => PL 1704/2024

PRL n.1

### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

#### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 1.704, DE 2024

Institui o Programa de Redução da Litigiosidade do Setor de Beleza e Bem-Estar, e dá outras providências.

Art. 1º Os §§ 1º e 2º do art. 1º passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

§ 1º Poderão aderir ao Probeleza as empresas industriais, atacadistas e distribuidoras, estas últimas que tenham sido equiparadas a estabelecimento industrial por decorrência das disposições na Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

§ 2º O Probeleza abrange os débitos de qualquer natureza perante a Fazenda Pública Federal, incluídos ou não em dívida ativa, inscritos ou não, ajuizados ou não, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores, rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício efetuado após a publicação desta Lei, desde que o requerimento seja efetuado no prazo estabelecido no § 4º deste artigo. ” (NR).



\* C D 2 5 0 1 7 0 3 3 2 2 0 0 \*



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal **ANY ORTIZ (CIDADANIA-RS)**

Sala da Comissão, em                      de novembro de 2025.

**Any Ortiz**  
**Deputada Federal**  
**Cidadania/RS**

Apresentação: 27/11/2025 16:20:15.163 - CDE  
PRL 1 CDE => PL 1704/2024

**PRL n.1**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250170332200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Any Ortiz

\* C D 2 5 0 1 7 0 3 3 2 2 0 0 \*